



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 29

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 25-02-2011

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Teresa Lopes Ramos Santos, Elisabete Krithinas de Freitas, Pedro Emanuel Abreu Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Vítor Manuel Marques Oliveira, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Silvestre Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Rui Miguel Bartolomeu Maio, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:[001](#)

Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro e Antero Marques dos Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21:00 horas), Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Helena Maria de Oliveira Dias Libório (saiu às 23:00 horas), João Francisco Carvalho de Sousa (chegou às 21:40 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Ivar Jorge Alves Corceiro, António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Maria Teresa Lopes Ramos, Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, Vitor Manuel Marques Oliveira, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e António Manuel Santos Salavessa, respectivamente.[002](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e David Paiva da Silva, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira e Silvestre Paiva da Silva.

Os sucedâneos, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, António José Mila Canhoto, Gonçalo Branco Loureiro Vaz Carvalho, Mónica Raquel Antunes Silva, Eneida Maria Couceiro Cruz Nogueira, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias e Nelson Ricardo Esteves Peralta, pediram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 2. – 3.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 03/02/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o Pelouro, a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira [005](#)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) [007](#)

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Antes de mais começava por tecer algumas considerações sobre a origem do Plano de Saneamento Financeiro. É de notar que este Plano de Saneamento Financeiro não é obviamente nenhuma mudança radical na política que é levada a cabo pelo executivo.

E também não é em termos financeiros nenhuma mais-valia para esta Câmara. E digo isso porque aquilo que nós falamos, quando falamos do Plano de Saneamento Financeiro, é puramente a mudança de credor. Neste momento mudámos uma data de entidades a quem a autarquia devia dinheiro e neste momento passa a dever a uma única que é a Caixa Geral de Depósitos. E portanto não há uma mudança substancial. Aliás, segundo as palavras do próprio Vereador Dr. Pedro Ferreira, reconhece que a operação de consolidação financeira serve para transferir os encargos imediatos, para um médio – longo prazo, sem resolver o problema da dívida. Portanto não estou aqui a acrescentar nada, já é certo e sabido que é assim! Mas aproveito também, fazendo a história do Plano de Saneamento Financeiro, realçar o papel da Assembleia que perante o erro deste executivo em negociar uma taxa fixa de 5,9%. E que perante a pressão da Assembleia e perante a pressão da oposição em particular, acabou por alterar esse rumo e optar pelas taxas indexadas à Euribor. Portanto a Assembleia já mostrou que tem um papel importante e este é um dos casos.

E este Plano de Saneamento Financeiro, tem o plano de todas as operações financeiras que normalmente são levadas a cabo por vários executivos, não é só obviamente esta maioria que se por um lado tende a dar liquidez no curto prazo de dar margem de manobra ao executivo, a verdade é que estão a endividar a Câmara no longo prazo.

E estão a endividar bastante. E portanto o Bloco crítica, nomeadamente a operação leasing que o PS na altura fez ao antigo Estádio Mário Duarte, também não vai ser agora menos crítico em relação a uma operação de Saneamento Financeiro que pura e simplesmente transfere a dívida para o longo prazo e transfere-a para o futuro. E nesse sentido não fazemos

essa distinção. É exactamente a mesma história. Nesse sentido não vislumbramos nenhuma política estrutural, não está associada ao Plano de Saneamento Financeiro nenhuma alteração política que permita vislumbrar a melhoria da sanidade financeira do executivo.

Há, como eu disse anteriormente, apenas uma transferência da dívida para outras entidades e isso não é uma mais-valia. E tanto não é uma mais-valia, tendo em consideração que começou com uma taxa fixa de 5,9%. E neste Plano Saneamento Financeiro, está por exemplo a alienação/concessão das águas. Ora isto só mostra que este Plano não resolve os problemas. Portanto se não resolve os problemas financeiros e ainda cria outros que é o agravamento do acesso a serviços públicos essenciais como é a água. Porque se existe receita para a autarquia no curto prazo, ela vai ser paga por todos os aveirenses, com o encarecimento da água que o executivo já sabia que ia acontecer quando aderiu a esta concessão.

E nesse sentido a crítica é extensível a outros negócios que por acaso não constam deste relatório semestral, não está referido na parte das concessões, mas que já sabemos que estão na calha que é a concessão dos transportes e que já foi aqui esplanada essa situação. E como é risível a receita referente à concessão desses transportes, aliás bastava 0,5% das receitas de IRS para simplesmente abdicar da concessão dos transportes.

Também é referido mais à frente a redução do número de colaboradores como sendo aspecto positivo e como sendo um aspecto de poupança. O Plano da poupança não é a poupança em si, o Plano da poupança é, saber no que se poupa e não só em quê. Poupa-se em dinheiro, mas poupa-se em mais qualquer coisa que se calhar não se devia poupar.

Portanto se havia funcionários a mais para as necessidades, espero que eles tenham sido bem identificados. Mas não me parece que isso tenha acontecido até porque por um caso que foi apresentado por um membro do público na última reunião, sobre conta das obras que não eram feitas numa escola de Aradas, a resposta de parte do Presidente Élio Maia (se não estou em erro) é que um dos problemas é que só haveria cinco trabalhadores para essa área!? Portanto, aí eventualmente haverá uma escassez de recursos humanos. Portanto quando apresentam a diminuição de recursos humanos colaboradores, como sendo um aspecto positivo, no mínimo é preciso ter algumas reticências porque já vimos que em alguns casos não é. Se calhar em alguns casos até se devia aumentar. Se é apontado a escassez de trabalhadores como um motivo para não ter ocorrido àquelas necessidades daquela escola, então obviamente esse caso é um mau exemplo de quais são os custos de reduzir o nível de colaboradores, o nível de trabalhadores da Câmara de Aveiro.

E além disso, essa redução é maioritariamente feita nos serviços municipalizados de Aveiro, precisamente outro erro, à custa de outro erro, que é a concessão das águas à parceria das águas que, enfim, já toda a gente sabe qual é. Além dos encargos que vai ser para a população. E nesse sentido vemos que este Plano de Saneamento Financeiro pelas consequências que tem ao nível das alienações, etc., acaba por ser um Plano de Saneamento Financeiro que se vai reflectir directamente sobre a população. Portanto, se eventualmente às vezes nos dizem que “bem não vamos aumentar as taxas de IMI’S e IMT’S etc., etc., porque não queremos encarecer a vida da população, é bastante curioso que não tenham problemas de o fazer num bem tão essencial como é a água. É muito estranho e é uma política errada. Uma questão concreta que gostava de levantar. Em relação à central de compras municipal. A questão é se esta unidade central permite responder à diversidade dos serviços que a Câmara presta? Porque aqui o que está a parecer é que o factor escala de comprar equipamentos em escala para vários sectores, várias empresas (a EMA, TEMA, etc.), que poderá haver um factor poupança no factor escala — imagino eu que seja isso. E portanto se esta central de compras permite responder à diversidade dos serviços e se isso está salvaguardado?

Mas também gostava de dizer que não adianta muito criar uma central de compras e um sistema informatizado de compras, para depois insistir nos mesmos erros. E esses erros são precisamente os concursos.

É referido no relatório, no segundo relatório semestral, agora voltando atrás, que já foi dito e utilizada a plataforma electrónica de contratação e que de 51 procedimentos de contratação, quatro concursos públicos e 47 de ajustes directos, portanto há uma plataforma electrónica mas continuam a insistir no erro dos ajustes directos. É um erro que continua a existir e portanto nós insistimos nisso e além disso, obviamente, para a sanidade das contas públicas era importante perceber quais serão as receitas que permitirão à autarquia continuar a funcionar. E aquilo que nós vemos, da actuação do executivo noutras áreas sinceramente são preocupantes! São isenções fiscais a empresas que não precisam de isenções fiscais, são políticas urbanísticas que podiam combater a especulação imobiliária e propostas nesse sentido, para combater a especulação imobiliária que geririam receita para a autarquia e que a autarquia prescinde dela. E portanto nesse sentido, um Plano de Saneamento Financeiro onde há puramente uma transferência de credores é um Plano que obviamente não agrada ao Bloco.”

Vogal Paulo Marques (CDS) [009](#)

Vogal Francisco Picado (PS) [010](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) [011](#)

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

“Senhores deputados, ainda não perceberam. Eu não critico o serviço de dívida da Câmara. Eu só constatei!? Eu não critiquei precisamente em coerência com aquilo que acabei de dizer. É que há serviço de dívida que se prolonga no tempo, para além do mandato, e de facto está nos documentos da Câmara. E os senhores podem ir ver que há dívida que vem do tempo anterior ao PS — e eu não as estou a criticar; está bem.

Depois deste esclarecimento não voltemos agora à questão do Plano de Saneamento Financeiro, que não é isso que estamos aqui a analisar. Nós estamos a analisar um Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro.

E eu gostaria de começar por dizer o seguinte: se o Plano de Saneamento Financeiro já era mau, o relatório é bem pior!? O relatório é bem pior. E de facto também concordo consigo Senhor Deputado, este Relatório nem sequer cá devia estar porque vamos ver que de facto este Relatório é um documento em branco!? É um documento em branco.

Aliás, há duas questões que se encontram aqui frequentemente neste relatório (para falar da forma) a primeira são as páginas em branco. Estamos num tempo de poupança... não há papel? Retomando, eu de facto concordo consigo, este documento não devia cá estar.

Primeiro que tem páginas em branco a mais. E depois uma razão muito simples, é que a frase que nós mais encontramos neste documento diz assim – não foi identificada pelos responsáveis, qualquer informação a reportar no presente período. Esta é a frase, com que mais frequência nós podemos encontrar descrita neste documento ou seja, de facto estamos perante um documento em branco. Vamos à questão de forma e começando pelo prazo, que é que eu não percebo. Este documento foi entregue à Câmara Municipal, ao executivo da Câmara Municipal, para ser avaliado em Janeiro de 2010. Mas devia ter sido entregue em Junho e o problema não é esse, o problema é que o documento está datado de Junho. E o que eu quero perceber, até porque ao longo do documento há referências em eventos posteriores a Junho, que eu quero perceber é se este documento é aquele que devia ter sido apresentado ou saltaram um e estão a apresentar aquilo que de facto deviam ter apresentado quando apresentaram este?

Bem, esta é a primeira questão relativamente às datas. Isto demonstra a importância que este executivo dá ao Plano de Saneamento Financeiro que propôs. É assim que trata os relatórios de acompanhamento do Plano Financeiro.

Mais, a questão que é colocada aqui como motivo de apresentação tardia para este relatório é a seguinte: o relatório foi apresentado tardiamente porque foi condicionado por início de

funções do novo executivo — valha-me Deus!? Estamos a falar de Junho de 2010, quando as eleições foram em Outubro de 2009 e estamos em Janeiro de 2011. Não se esqueçam que a Câmara tem cinco vereadores a tempo inteiros e um Presidente. Não me digam que demoraram seis meses a fazer um relatório de Saneamento Financeiro, que ainda por cima vem praticamente em branco. Estamos ainda na questão de forma. Vamos ao conteúdo.

O conteúdo de facto tem coisas curiosas para já e depois há sempre uma outra intervenção porque pode escapar alguma. Por exemplo, a Câmara Municipal refere neste relatório que utilizou cinquenta milhões — dos cinquenta e oito que pediu! No entanto só pagou o que devia a fornecedores na ordem dos quarenta e cinco milhões! O que significa que na prática estão a pagar juros de cinco milhões que não estão a ser utilizados ou será que estes cinco milhões coincidem (e eu estou a fazer uma pergunta) com o passivo de cinco milhões que foi reduzido nestes últimos cinco meses?

É que é uma coincidência de número (eu só estou a perguntar)? Em termos de política fiscal, a Câmara baixou as taxas, mas é curioso que neste relatório de acompanhamento financeiro o valor dessas receitas aumentou. Eu sei que pode ser por outros motivos, mas eu gostava de ver isso explicado no relatório porque é para isso que serve um relatório de acompanhamento.

E esse relatório pressuponho que venha aqui para lermos. Mas eu sei que pode haver outros motivos.

Mais, a questão da concessão do estádio. Acham que já não é tempo de rever este valor no Plano de Saneamento Financeiro. Acham que continua a ser pertinente o valor que propõem para a concessão do Estádio passado este tempo todo?

Continuando na página 14, há uma diminuição de custos com a transferência da recolha de resíduos para os SMA, certo? É o que lá está. E a minha pergunta é se foi para os SMA e são os SMA a pagar? As Contas da Câmara, aparecem consolidadas presumo eu, portanto isto não se trata de uma diminuição, trata-se de uma transferência, o que significa que a Câmara embora por outra via continua a suportar o mesmo valor.

Admito que o mesmo possa ser reduzido, mas não neste montante que aqui apresentam porque isto é uma transferência e não é uma sobrepressão de receitas. Relativamente a algumas questões que aqui aparecem, telecomunicações, electricidade, etc., etc., não há medidas apontadas que tenham pelo menos a tentativa de fazer surtir algum efeito, numas comunicações descem, as outras sobem. Até os valores da electricidade aqui trazem aquela célebre frase “não foi reportada qualquer coisa”, eu presumo que consumam electricidade e portanto é fácil ir às Contas da Câmara e ver o consumo, ou não?!

Mais, redução de pessoal. De facto reduziram por aposentação, por cessação de contrato, mas não dizem quantos é que foram por aposentação, não dizem quantos é que foram por cessação de contrato — e essa informação tem que aqui vir. E se de facto reduziram a minha pergunta é: se calhar agora vão aumentar! Se calhar agora vão aumentar. Se calhar!

Para finalizar há aqui algumas medidas que eu acho que não são de todo pertinentes virem aqui. Nós estamos a falar de um empréstimo de cinquenta e dois milhões e de um passivo significativo. E há aqui medidas que têm um impacto simples de trezentos euros, mil euros, duzentos euros, setecentos euros! Aguardo a minha intervenção para a próxima parte.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [013](#)

“Boa noite Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhoras e senhores do executivo, caros colegas, Assembleia Municipal, pessoas que nos estão a ver na Assembleia e também os senhores jornalistas. Eu vou fazer uma intervenção muito rápida e sucinta. Primeiro porque eu acho que é importante serem apresentados os relatórios semestrais relativamente ao Plano Financeiro. Segundo porque esta informação, se bem que ainda de momento bastante embrionário, porque compreendemos o facto de ela o ser, denota uma preocupação já tendo em atenção a data que é reflectida. Nota uma preocupação e uma tendência de facto das

contas, o que é importante. Terceiro porque já há algumas medidas aqui assim. Relembro que esta Câmara e este executivo salvaguardou a posição de muitos, muitos munícipes aveirenses, fornecedores da Câmara Municipal de Aveiro, que estavam com a corda no pescoço e que portanto com este empréstimo de facto aliviaram certamente muito as suas finanças e, portanto, foi sempre essa uma das promessas eleitorais que esta Câmara apresentou e cumpriu e tem vindo a cumprir.

Terceiro porque de facto têm notado que a nível de Recursos Humanos têm havido aqui uma tentativa de optimização também dos recursos e tanto quanto possível aproveitar cada vez mais os recursos que vão ficando, obviamente com as diligências da vida, porque há pessoas que se reformam, há pessoas que se vão embora e isso é bastante importante.

Não há aqui assim uma tentativa de inflacionamento dos custos decorrentes do município que é muito importante também.

Quarto porque eu quero crer que, após este relatório, e ainda vemos aqui de facto algumas rubricas em branco é um facto, mas esse relatório, nós sabemos que estas rubricas certamente muito brevemente neste momento já estão a ser cumpridas muitas delas. E nos próximos relatórios aquilo que agora neste momento a oposição está a dizer relativamente a esta situação certamente que não virá. Eu quero saber depois qual vai ser o argumento que a oposição terá.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [014](#)

“Senhoras e Senhores deputados, apenas para referir o seguinte, o meu camarada Francisco Picado já discorreu abundantemente sobre os problemas que enfermam este documento.

Eu tive ocasião de analisar o primeiro relatório, enquanto Vereador, e posso constatar três relatórios depois que os problemas que à época o PS enfim invocou criticando o documento, praticamente todos se mantêm.

É evidente que apreciar relatórios de acompanhamento de Execução de um Plano de Saneamento, com as deficiências que este tem, é difícil. De todo o modo quero recordar-vos que em 2008, o próprio Plano de Saneamento Financeiro foi alterado. E alterado não de forma substancial e inclusivamente mantendo o irrealismo de muitas das suas propostas, uma delas que é absolutamente flagrante prende-se por exemplo com o número de funcionários que a Câmara poderia admitir na vigência do curso do Plano de Saneamento Financeiro que eram apenas 32.

E como os Senhores Deputados sabem, só no ano passado a Câmara abriu concurso para 48 funcionários, agredindo violentamente a própria preposição que tinha plasmado no documento. O que é lamentável é que a Câmara feche os olhos a compromissos estabelecidos com os cidadãos aveirenses, com os órgãos autárquicos e com os próprios órgãos do Governo e do Tribunal de Contas.

Mas em relação a outras medidas e algumas delas como o meu camarada Francisco Picado roçam o caricato. O exemplo mais agudo disso é precisamente a venda do Estádio por um montante superior ao que custou a construir. Gostaria de dizer também que a própria Câmara Municipal em 17 medidas do Plano que se propõem implementar escreve (e passo a citar): “não foi identificada pelos responsáveis, qualquer informação a reportar no presente período.”

Ou seja, não existe qualquer metodologia de acompanhamento das medidas. Não existe monitorização, não existe uma direcção de projecto, não existe um efectivo acompanhamento por parte do executivo da eficácia das medidas que estão a querer implementar.

E as notas que o Partido Socialista ao longo destes últimos anos tem vindo a deixar quer na Câmara, quer nesta Assembleia, de facto espelham bem o momento crítico financeiro a que esta Câmara chegou. E Senhoras e Senhores deputados, nós, esta Câmara, têm uma situação difícil, complicada, não sabe como ultrapassá-la. E o diploma do mau comportamento desta

maioria municipal está neste papel que é retirado de um site da DGAL, e que é o role dos municípios em desequilíbrio estrutural.

Eu repito, o Município de Aveiro está, do ponto de vista da DGAL, porque cumpre os parâmetros que lá são estabelecidos, está em desequilíbrio estrutural.

Os dados senhoras e senhores deputados são de Agosto de 2010. E ao que consta a situação não se terá invertido. E isto significa minhas senhoras e meus senhores apenas e só uma coisa, a maioria que governa os destinos de Aveiro falhou redondamente no cumprimento de uma meta que se tinha proposto ultrapassar, que era equilibrar económica e financeiramente a Câmara.

Não só não manteve o que herdou, como agravou substancialmente o cenário que tinha em 2005 e perdeu uma oportunidade de ouro que foi um Plano de Saneamento Financeiro ao abrigo de um desequilíbrio conjuntural, fazendo com que os cinquenta e oito milhões de euros, mais o serviço dessa dívida, mais as medidas irrealistas que queria implementar foram por água abaixo e a Câmara será (como dizia um senhor deputado que me antecedeu) penalizada e os cidadãos aveirenses serão penalizados em longos, longos anos.

É pena que a Câmara de Aveiro tenha feito orelhas moucas à vontade do Partido Socialista em querer colaborar, que tantas vezes foi manifestada na Câmara e nesta Assembleia Municipal. Disse.”

(Deu entrada na sala a Vogal Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [015](#)

Vogal Carlos Barros (CDS) [016](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [017](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) [018](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [019](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, fiquei ainda agora admirado realmente com este esclarecimento que foi prestado. Bem, não sei se alguma coisa me admira, mas vamos admitir que sim, que realmente o Partido Socialista conhecia a dívida. E por isso estou realmente admirado porque o Partido Socialista sempre negou que a dívida atingisse os valores que o nosso Presidente da Câmara dizia, que na realidade a dívida atingia. Porque afinal foi isso que foi provado pelas Auditorias que nós tivemos, duas auditorias independentes. Uma auditoria particular e uma auditoria por parte da Direcção da DGAL, penso que era a DGAL que fez a auditoria. E por isso duas auditorias independentes, que chegaram a valores que o Partido Socialista sempre se negou. Finalmente chegamos a Fevereiro de 2011, para o Partido Socialista vir agora aqui nesta Assembleia, dizer que afinal sempre conheceram a dívida. Esta é para nós registarmos.

O que é um facto é que nós também achávamos que conhecíamos a dívida. Achávamos que a dívida era assim, mas afinal a dívida foi muito mais do que, e sempre foram aparecendo novas facturas, novos compromissos e por isso é que chegamos à situação financeira a que este município infelizmente chegou. E por isso este município foi obrigado a ter que contratualizar este empréstimo. Um empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros a doze anos, o que é um montante muito elevado, face às receitas que não são muitas por parte deste município e que em tempos de crise ainda são menores e que por isso ainda tornam mais difícil debelar o passivo.

E por isso foi imperioso que se estabelecesse um Plano de Saneamento Financeiro que foi feito, que lembro que foi aprovado pelo Tribunal de Contas. E lembro que foi aprovado pelo Tribunal de Contas muito tempo depois, mais de um ano depois de nós termos proposto um

Plano de Saneamento Financeiro é que o Tribunal de Contas veio finalmente aceitar quer a Câmara Municipal de Aveiro tivesse aprovado um Plano para o seu Saneamento Financeiro. E daí, vieram alguns problemas que é preciso nós não nos esquecermos e o primeiro é que como é óbvio esta Câmara começou logo a fazer aquilo que se comprometeu a fazer perante os aveirenses, foi pagar as suas dívidas.

E por isso é normal e é lógico que quando o Plano de Saneamento Financeiro foi aprovado, já algumas das dívidas tinham sido pagas. Conclusão, já não eram elegíveis para poderem agora ser pagas, porque já tinham sido pagas e por isso justifica porque é que em todo o montante que foi pedido ainda foi contratualizado, porque há necessidade de fazer uma alteração a este Plano de Saneamento Financeiro, porque não só essas dívidas já foram pagas, como entretanto nos apareceram mais algumas dívidas.

E eu gostava só de lembrar aqui mais uma vez, porque parece que os senhores do Partido Socialista se esquecem muito destas coisas, que ainda há dois meses atrás nós viemos a saber que há uma dívida de mais catorze milhões de euros, que só a partir de agora é que ficou conhecida. E foi uma dívida de quê? Foi uma dívida que se refere à passagem desnivelada por baixo da estação. Estão todos recordados dessa obra. É uma obra que até ficou rotulada como o túnel do Dr. Alberto Souto porque exactamente no dia anterior às eleições, foi lá colocado um grande cartaz com a sua cara. E o que é um facto é que apesar de ter lá a sua cara não foi paga e por isso estamos nós hoje a pagar esta dívida ou seja ainda não a podemos pagar, porque não está ainda incluída no Plano de Saneamento Financeiro e por isso vamos ter que eventualmente fazer alguns ajustes a este Plano de Saneamento Financeiro. E por isso como estamos a ver, este género de assuntos não são assim tão lineares como às vezes o Partido Socialista nos faz crer.

É que foi muito fácil nós gastarmos e que parece agora que também será muito fácil nós resolvermos todos estes problemas. Agora nós sabemos que o pobre desconfia. Quem diz que agora é muito fácil de resolver os problemas sabe (e quando é o Partido Socialista a dizer isso) que se calhar não é bem assim e por isso o melhor é irmos com todas as cautelas. E o que este relatório aqui nos está a mostrar é que esta Câmara tem estado a ter todas as cautelas que são necessárias para poder reduzir a dívida naquilo em que deve reduzir e que se há medidas que ainda não estão suficientemente consolidadas para podermos esperar mais algum tempo. O meu colega João Carlos Valente ainda agora disse isto, porque os senhores sabem que já depois deste relatório, no período depois deste relatório, da vigência deste relatório, há outras medidas que entretanto a Câmara já implementou e que por isso aqui ainda aparecem não há nada reportado, mas já estão feitas, porque neste momento já estamos em 2011 e este relatório refere-se a Maio de 2010. Ou seja, eu quero dizer que ao contrário daquilo que o Partido Socialista está a fazer crer, esta Câmara está concertadamente e como deve ser, com os pés no chão e não nas nuvens como o Partido Socialista andou a fazer durante este tempo todo, está a consolidar as finanças deste município. Eu só lembrava as próprias palavras do Partido Socialista aqui nesta Assembleia na última quarta-feira, quando diziam que é obra o município de Aveiro ter reduzido nos últimos cinco meses, cinco milhões de euros ao seu passivo. Eu também acho! Eu também acho! E ainda bem que o Partido Socialista também acha ou pelo menos que haja gente no Partido Socialista que também ache, porque é exactamente esta consolidação que nós precisamos. E por isso quando o Partido Socialista diz a Câmara falhou. Eu não sei, mas parece-me que muita gente do Partido Socialista não vive neste mundo e não sabe que realmente é assim que nós temos que tratar as contas do nosso município, porque afinal nós temos que zelar por aquilo que não é só desta Câmara, porque aquilo que também é só desta Câmara também é de todos nós, é de todos os munícipes e é este sentido de responsabilidade que esta Câmara nos está a mostrar neste relatório, que não é mais do que uma formalidade, porque aquilo que realmente é importante é a implementação, mas também por esta formalidade nós vemos que há realmente uma consolidação daquilo que é um

compromisso desta Câmara Municipal de Aveiro para com os munícipes aveirenses. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [021](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [022](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [023](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [024](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:[025](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados tentando ser telegráfico. Em relação às perguntas colocadas pelo BE. Perguntas... eu peço desculpas considerações, porque julgo que foram nisso que foram feitas. A referência sobre o Plano vai-se reflectir sobre a população!? É óbvio que todas as dívidas, que na Autarquia ou no Estado Português ou o Estado qualquer deles seja, quem vai pagar são sempre as populações de uma forma ou de outra.

Portanto essa assunção é uma assunção generalizada para tudo. Portanto fazer esse tipo de afirmações é absolutamente inconsequente, sendo que aquilo que o município de Aveiro está a fazer é tentar que essa sobrecarga sobre a população seja a menor possível.

Em relação à central de compras, que é uma das medidas do Plano de Saneamento Financeiro. E eu já falarei dela mais tarde sobre outra questão. É óbvio que a mesma permite a diversidade de aquisição dentro daquilo que é uma central de compras e que são alguns tipos de compras comuns e outras que são diversas.

Quanto à questão dos ajustes directos. Senhor deputado, ou desconhece a Lei ou percebe a Lei erradamente ou pretende transmitir uma ideia errada sobre aquilo que existe na Lei.

Os ajustes directos têm vários regimes. Desde os regimes gerais à aquisição, ao ajuste directo a uma só entidade, que é aquilo que se calhar pretendia referir-se. E comparando com um concurso público, estamos a falar de não fazermos um concurso público para adquirir quinhentos euros de nada — a não ser que se queira gastar mais do erário público em procedimentos que são caros, só para comprar uma coisa mínima.

Portanto os ajustes directos e há ajustes directos em regime geral que obrigam a consulta a várias entidades, portanto eu acho que o senhor devia verificar um bocadinho a Lei antes de falar sobre este assunto.

Quanto às isenções fiscais. Eu gostava de dar o exemplo que por acaso não têm vindo aqui, mas acho que foi o exemplo que apontou das isenções que nós fizemos a algumas empresas.

O maior interesse que a Câmara tem é na criação de emprego, que eu julgo que é o que o senhor deputado também defende. Uma das isenções, não sei se foi a última, acho que foi a última que aqui trouxemos foi para a NavalRia. Os senhores fizeram o espectáculo do costume com as negociatas etc. Desafio o senhor deputado a ir aos estaleiros da NavalRia e verificar as 300 pessoas que estão neste momento lá a trabalhar contra as 30 que estavam em perigo de desemprego antes de isso ter acontecido.

Em relação ao Partido Socialista algumas questões que foram colocadas, dizer-lhes que as páginas em branco devem-se ao facto de este ser um documento em pdf. E portanto não é para imprimir, não foi feito para ser impresso. E eu não trabalho em papel como verificaram, só para tomar uns apontamentos aqui na Assembleia e portanto o senhor se quiser imprime só metade das folhas — tenho a certeza que vão ajudar muito ao ambiente. E pronto também é minha a ironia com certeza.

Quanto às questões relacionadas com os cinquenta milhões. Nós pedimos dos cinquenta e oito em Janeiro do ano passado, se bem me recordo, pedimos a tranche final que ainda não utilizamos o restante, que daria os cinquenta milhões. Dessa tranche final não utilizamos o valor total porque como sabem (e estava no Plano de Saneamento Financeiro) havia parcelas que estavam pendentes de questões em Tribunal.

Uma delas está presente nesse relatório, e tem a ver com a SOMAGUE. Mas existiam outras e portanto por isso é que não o executámos totalmente.

Dizer que os outros oito milhões de euros e já agora para falarmos um bocadinho sobre isso como falou o deputado Manuel António Coimbra, a questão tem a ver com o atraso que existiu no Tribunal de Contas.

Como sabem, nós fizemos o relatório em Dezembro de 2007 e foi a aprovação um ano depois. Durante esse ano o município de Aveiro fez pagamentos na ordem dos dez milhões e meio de euros e portanto as entidades por obrigação legal nós não podemos fazer o pagamento porque o Plano assim o determinava e a Lei assim o determina.

Nós não podemos pagar a outras entidades. Portanto há dez milhões de euros que nós tivemos que reter e por isso é que ainda não o executámos totalmente.

Quanto ao aumento de receitas das taxas. Isso era algo previsto também no Plano de Saneamento que afinal se calhar não estava assim tão mal previsto, é que a nossa perspectiva e sempre foi uma defesa de um interesse que nós julgamos que é positivo para a cidade e não a pensar num curto prazo, que eu acho que é o que os senhores muito pensam e pensam pouco no médio a longo, que tem a ver com o crescimento da cidade.

Nós durante alguns anos tivemos as taxas de IMI mais elevadas dos concelhos da região. Tivemos as Derramas nos máximos. E a nossa ideia ao reduzir é de facto trazer mais gente para Aveiro e julgo que isso se irá verificar quando agora nós tivermos os relatórios dos Censos em relação à última década. É essa a nossa perspectiva. Foi esse o nosso trabalho.

E para gáudio meu, apesar de não ser o nosso objectivo de curto prazo, a verdade é que já estamos a verificar isso no curto prazo. É algo que eu não estava à espera, mas é algo que temos vindo a verificar. Fruto daquilo que disse há pouco, da questão dos dez milhões, nós teremos mesmo que rever a operação, mais ou menos, mas teremos que a rever exactamente por questões legais. Temos que informar o Tribunal de Contas, de que temos que pagar o dinheiro a outras entidades e não àquelas.

Quanto a uma coisa que fez futurologia sobre a questão do pessoal e em relação àquilo que depois foi dito julgo eu pelo deputado Marques Pereira, dizer-vos o seguinte: aquilo que está, e a medida é essa, é por cada dois funcionários que saem entra um.

Nós só no período da operação de Saneamento Financeiro até à data de Maio de 2010, nós tínhamos reduzido 96 pessoas, o que significa que poderíamos ter enquadrado 48 novos, portanto julgo que a sua análise deveria depender disso.

Em relação às questões e portanto o futuro, eu penso que ainda não estamos em tempo de fazer tanta futurologia assim, as coisas mudam constantemente. A mudança é de facto a verdadeira constante da vida e portanto nós não vamos prever o que é que vai no futuro, mas vamos trabalhar com calma.

Quanto à questão daquilo que diz a DGAL. Eu queria-vos transmitir um aspecto importante para todos nós termos a ideia daquilo que são aquelas situações que dizem ali respeito e como é que é feito aquele quadro. Aquele quadro é feito desde há muitos anos, não foi agora que foi inventado. Desde há muitos anos que é feito e que depende da informação que os municípios dão per si, mas não é verificada. E só é verificada se houver erros nas colunas na soma, isso significa o quê? Por exemplo, o município de Aveiro quando dá aquela informação à DGAL por minha ordem expressa, está exactamente de acordo com aquilo que nós pensamos e com as normas que a DGAL faz. Inclui tudo o que é participações da Câmara a empresas municipais, tudo o que é associações de municípios (ouvem-se vozes)... Abane os ombros, é verdade, é correcto, nós estamos a cumprir a Lei. A verdade é que nem todos os municípios cumprem isso e portanto daí surgem situações diferentes.

Quanto às questões de desequilíbrio um dia nós iremos falar sobre a Lei das Finanças Locais e dos erros que tem essa Lei. Mas é um dia, não vale a pena estarmos aqui a demorar a vida toda.

Mas dizer-vos o seguinte e agora vamos um bocadinho escarpelizar a situação. Os Senhores com certeza tem lido todas as páginas do Plano de Saneamento Financeiro, tenho a certeza absoluta! Absoluta.

Portanto os Senhores leram com certeza uma pequenina frase que dizia “a Câmara Municipal prevê que o desequilíbrio seja reequilibrado em 2015.” Portanto nós estamos em 2011 e o Plano era relativo a 2010, temos muito tempo.

Aliás, o Senhor Presidente da Câmara referiu várias vezes aqui nesta Câmara e noutros sítios que nós iríamos ter pelo menos três mandatos para corrigir a situação da Câmara, e portanto nós temos muito tempo para corrigir as situações. Eu não falo sobre a dívida passada mas que com certeza vocês depreendem.

Depois dar-vos uma nota só em relação também à questão da central de compras e aquilo que disse o Dr. Pedro Pires da Rosa. Eu vou pedir para ser mudada a frase já que a frase tanto vos incomoda. Mas dizer-lhe o seguinte: eu presumo que da vossa parte era que no dia primeiro a seguir à aprovação do Plano de Saneamento, todas as medidas fossem concretizadas?! É que sendo assim, de facto nós estamos em incumprimento. Mas como nunca isso foi previsto, nós iremos fazendo as medidas à medida que o tempo passa, nomeadamente a central de compras, que ai aparece com a célebre frase que já todos conhecemos e que foi concretizada há poucos dias, portanto as coisas irão acontecer com o seu curso natural como tem que ser. No entanto nós vamos ver se mudamos a frase para não perturbar tanto e com certeza que vamos ficar todos mais satisfeitos.

Uma última nota. Foi transmitido por um senhor deputado aqui que o PS propôs solução! Eu por acaso não sou muito de ler jornais, não sei porquê, nunca foi assim o meu timbre, recordo-me da grande solução que na altura o presidente da concelhia do Partido Socialista propôs, que era o corte de salários! Pronto, nós percebemos que de facto é esse o timbre do Partido Socialista, porque é isso que está a fazer a nível nacional. A grande maneira de resolver os problemas quer de Aveiro quer do País é o corte dos salários.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [026](#)

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta pequena tática de não utilizar os argumentos na primeira intervenção, pode ter a ver com o nível de preparação do Ponto, não vou omitir uma questão na realidade como essa, mas resulta muito interessante porque é a única maneira de ouvir alguma argumentação da Câmara.

Quer dizer a Câmara traz-nos Planos, propostas extensas, e não diz duas para a caixa no que diz respeito à justificação, à apresentação daquilo que traz à Assembleia.

Portanto assim, agora, já ouvi algumas notas por parte da Câmara que não me suscitam grandes comentários, infelizmente! Os meus comentários são prévios à intervenção do Senhor Vereador Pedro Ferreira.

Em primeiro lugar uma questão técnica e formal. O Senhor vereador não pode responder que as páginas em branco se justificam por isto ser um pdf. E portanto em formato digital não gasta papel. Por uma questão de economia, por uma questão de recursos e utilização adequada de um documento digital, estas páginas em branco são um transtorno enorme. Eu digo-lhe, com uma formatação adequada, isto iria certamente para um terço das páginas o que facilitaria muito a consulta e a reflexão, sobre um documento em formato digital.

Por isso peço-lhe com o mesmo critério que parecem ter relativamente à redução de papel, reduzam os bites e os bytes dos documentos em formato digital, para que eles sejam de mais fácil de consulta. Eu repito, cerca de um terço, se não mais, destas páginas podiam ser reduzidas.

Colocada a primeira questão, a questão técnica formal, passaria para dizer que é necessário algum equilíbrio nos documentos que apresentam.

E este documento é profundamente desequilibrado, apesar de tratar de uma questão tão crucial como o equilíbrio financeiro. O documento é em si profundamente desequilibrado. Não se justifica de modo algum, por muito respeito que a cultura e os museus nos mereçam, não se justifica que 12 das 106 páginas do relatório, sejam com a área da cultura e dos museus — e das outras áreas não há nada praticamente. Só há museus neste relatório o que parece uma coisa totalmente inaceitável e com um grau de pormenor que eu acho desadequado. Quer dizer, eu não me interessa saber que uma cidadã doou um par de sapatos Campos para o Museu do Município. Não preciso. Sinceramente, dispenso! Dispenso. Há outra informação crucial que não é transmitida, que não está aqui e é isso é que nós necessitamos, ok?

Terceira questão. Não foi preciso a DGAL escrever no seu documento que a situação da Câmara é de desequilíbrio estrutural, dado que há muito que sabemos que ela é assim mesmo. Apenas comprova aquilo que é uma realidade. Aliás, o Senhor Vereador Pedro Ferreira já o disse. Nós no PCP dizemos que esta situação existe, já o dizíamos quando o Dr. Alberto Souto anunciou as suas medidas de Saneamento Financeiro.

Portanto já desde essa altura e desde essa altura que mantemos esta posição que aliás corresponde em absoluto à realidade. É evidente Senhor Presidente, Senhores deputados, que nós saudamos e registamos os pequenos progressos que aqui e ali são conseguidos na redução das despesas. Muito interessante a pequena redução das comunicações fixas! É uma pena serem anuladas pelo aumento das comunicações móveis que superam essa diminuição das fixas.

Nós registamos com algum interesse estas pequenas transformações. Entretanto, isto não é como disse o meu colega, o camarada do Bloco de Esquerda, de que houve aqui apenas uma mudança do titular da dívida, deixou de ser aos fornecedores para passar à Caixa Geral de Depósitos. Era bom que fosse assim! Era bom, só que não é! Se fosse isso, com a implementação do Plano de Saneamento Financeiro, tinha havido uma redução de cinquenta milhões na dívida de curto/médio prazo que passava para a Caixa Geral de Depósitos, mas isso não acontece.

Se virem bem em Abril, na Sessão de Abril, vamos discutir as Contas do município e veremos em como é que está a dívida de curto e médio prazo depois de serem gastos cinquenta milhões num Saneamento Financeiro. Esta é que é a questão.

Em Abril veremos como é que são as Contas. Portanto não há uma transição de titulares. Aliás, não deixa de ser interessante que dos três milhões e oitocentos mil euros pagos no período em análise, dois milhões e quinhentos mil são dívidas de 2010!? A dívida já existia mas não estava incluída no Plano? Não estava incluída no Plano, pronto, ok. Má gestão judicial, um acordo e a dívida foi constituída então nessa altura!? Está explicado. Mas se houvesse uma nota Senhor Presidente, não haveria esta leitura.

Agora para continuar e para terminar diria apenas o seguinte. Senhor deputado Carlos Barros fez uma intervenção que pode ser muito bem intencionada, mas não corresponde àquilo que está escrito no Plano. “A Câmara está bem é isto que está no Plano” a ideia foi esta. Mas se virmos o que a Câmara escreve no próprio Plano, a Câmara escreve com alguma confissão de que o Plano não foi devidamente trabalhado neste período.

A execução do período foi (isto são palavras do documento) condicionada pelo início de funções do novo executivo (e que já foi desmontado) e a preparação das Grandes Opções do Orçamento etc., etc., conjugado pelo avultado volume de trabalho que condicionou igualmente a implementação do mesmo — portanto é isto que a Câmara diz. Como houve muito trabalho esta questão do Plano foi condicionada. Ora isto é uma total inversão daquilo que deve ser as prioridades da Câmara.

O volume de trabalho é apresentado como a razão da desadequada implementação! E aquilo que deve ser o desafio desta Câmara é que o principal volume e a primeira direcção do trabalho da Câmara deve ser conseguido no equilíbrio financeiro. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰²⁷

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁸

“Eu presumo que o meu tempo esteja muito perto do limite, mas gostava de deixar aqui umas notas finais sobre o Relatório de Acompanhamento.

A minha primeira questão tem a ver com o seguinte: para quando o próximo? É que o próximo já era! O próximo já está atrasado! Para quando? Não há eleições. O Executivo não é novo. Força. Para quando? E já agora eu vou guardar os papelinhos que aqui tenho para o caso do próximo vir igual a este, porque as perguntas vão ser as mesmas! É, vão ser as mesmas. Só uma nota final relativamente à questão de ‘nós’ pensarmos no curto prazo. No curto prazo devem ter pensado os senhores quando contrataram o Empréstimo a taxa fixa. Enfim.”

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰²⁹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁰

Vogal Paulo Marques (CDS) ⁰³¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³²

Presidente da Mesa ⁰³⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰³⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰³⁷

“Tomei nota à questão que o Partido Comunista Português colocou relativamente às páginas do documento. É mais uma, em relação às alterações que veremos então no próximo. E por falar em próximo, em Março será o próximo.

Ajustes directos, Senhor Deputado. Só dizer-lhe que é uma prática da Câmara Municipal de Aveiro, por minha iniciativa, que os ajustes directos como sabe têm que ser contratualizados ou podem ser contratualizados através da VORTAL, mas que têm que obrigatoriamente ter os convites. Também podem ser abertos a terceiros — e é isso que nós fazemos, desde que as pessoas estejam atentas podem concorrer.

Só duas notas em relação ao Partido Socialista. Para o Senhor Deputado perceber bem, só dar-lhe esta nota, não é costume meu apresentar desculpas, mas agradecia que tomasse isso em consideração! Mas depois uma outra situação que é em relação à DGAL. Eu em cumprimento daquilo que a DGAL nos pede, de facto não é mais que uma obrigação, mas também era uma obrigação do passado. E nós lembramo-nos perfeitamente de quem nesta mesa, não no meu lugar, mas nesta mesa, me disse que o Tribunal de Contas se enganou nas Contas. Portanto para quem sabe e tem essa noção nós reparámos isso depois no futuro.

E uma última nota. Como é óbvio, não posso deixar passar, porque a questão da desonestidade tem limites e ou tem alguns limites pelo menos para mim, que é: alguém me chamou mentiroso e a seguir depois desonesto, tentando justificar o passado. Não fui eu que dei a entrevista. Não fui eu que a dei, ela está aqui, todos vocês a conhecem e não descontextualizei. Só disse que tinham um responsável político no vosso Partido. A única solução que apresentou na altura e que eu tenha visto por escrito, não vi mais nenhuma, era de facto mexer nos salários. E mexer nos salários que eu saiba não é aumentá-los, é cortá-los!? Portanto quanto a desonestidade, acho que temos todos.”

Presidente da Mesa:⁰³⁸

“Um desabafo perante os Senhores Deputados. Penso que devemos adjectivar na qualificação política das intervenções políticas, mas não adjectivamos no sentido do respeito de todas as nossas personalidades aqui presentes, como pessoas humanas. E é esse apelo que fazemos de

parte a parte, no uso do nosso discurso. Saibamos bem quando usamos termos como, enfim, aqueles que foram referidos aqui que não se referiam à própria pessoa, mas eventualmente à contextualização política. Ou seja, que se afaste definitivamente deste hemiciclo, deste plenário, qualquer tipo de adjectivação que coloque em causa a nossa própria dignidade como personalidade e como pessoa. Era esse apelo que deixava aqui registado.

Bem, nos termos das Finanças Locais, consideramos então que está apreciado pelo órgão deliberativo competente, este relatório de acompanhamento.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por concluída a apreciação o 3.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município.

PONTO 3. – PLANO DE PORMENOR DO CENTRO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 03/02/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o Pelouro, a apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos [039](#)

Membros da Assembleia

Vogal Presidente da Mesa [040](#)

Vogal António Salavessa (PCP) [041](#)

Vogal Rui Maio (BE) [042](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) [043](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [044](#)

Vogal Rui Maio (BE) [045](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) [046](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [047](#)

“Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. A discussão que acabámos de ouvir, permitam-me com todo o respeito aos oradores, é o que menos interessa para este Ponto. As questões de mobilidade, como seja as questões da Moveaveiro, as questões do Parque Subterrâneo, desse ou dos outros quatro, espero que sejam amplamente debatidas e consubstanciadas no futuro Plano Municipal de Mobilidade — Plano que reputo de fundamental para o bom funcionamento da cidade, perspectivando a cidade que todos queremos.

Eu queria chamar a atenção desta Assembleia que porventura este será dos pontos mais fundamentais que teremos em debate em todo este mandato. O que aqui está em causa Senhoras e Senhores Deputados é de uma importância extrema para o futuro da cidade de Aveiro e para a cidade que nós queremos construir todos.

Com isto quero chamar a atenção dos Senhores Deputados, para as alterações que aqui querem ser introduzidas e permitam-me começar por uma pequena referência a uma deliberação de Câmara do anterior mandato de que fiz parte e de que resumidamente ia no

seguinte sentido: deliberou-se na Câmara Municipal de Aveiro, abrir-se um procedimento de alteração do Plano de Pormenor do Centro, sobretudo chegou-se à conclusão e bem, de que haveria um excesso de espaços comerciais consubstanciados no Plano.

Como os Senhores Deputados sabem, os Planos de Pormenor são Planos Urbanísticos rígidos, muito pouco maleáveis às alterações e só estes procedimentos de alteração que vêm consubstanciados processualmente na Lei permitem fazer face e coaduná-los às realidades dinâmicas que vão surgindo nas cidades. E foi com base nesse pressuposto que o Partido Socialista na altura votou favoravelmente ao início desse processo de alteração.

Mas o que hoje aqui está em discussão é muito para além disto que acabo de vos referir. O que aqui está em causa é uma alteração de cérceas, uma alteração de cérceas e de volumetrias que do nosso ponto de vista são inaceitáveis, irracionais, e totalmente desmedidas.

Senhoras e senhores deputados, era ótimo que pudéssemos todos visualizar no ecrã o mapa dessas alterações. Mas eu, confiante de que todos tenhamos presente essa planta, fazia a seguinte referência e identifico-a de uma forma simples, na zona do Barreiro, onde está aquele lago quase natural, ao lado do Centro de Congressos, naquele terreiro que lá está, entre o talude e o Hotel Mélia. Senhores Deputados as alterações que estão previstas para aí são (e estou a medir as palavras) um atentado urbanístico.

Estão previstos três prédios com nove pisos. Um prédio com doze pisos e um outro prédio com quinze pisos.

Eu recordo, que a cércea média do Plano de Pormenor no Centro, anda à volta dos seis pisos. O que se me afigura já no limite daquilo que possa ser aceitável. Diria até que no prédio denominado Aveiro Centro, o que está previsto construir-se vem no seguimento do que estava previsto inicialmente que é diminuir a cércea e volumetria, por forma a que o talude precisamente onde se vai fazer a requalificação urbanística e arquitectónica envolvente à igreja de São Tomás de Aquino, não agredisse precisamente as vivendas que aí se encontram sobranceiras e que elas pudessem permitam-me a expressão respirar, e não vissem os prédios do lado baixo crescer acima da sua própria existência.

Mas o problema e o problema que reputo de gravíssimo que aqui está em cima da mesa é que os três prédios de nove andares surgem imediatamente a seguir à Capela de São Tomás de Aquino. Temos a capela, temos a escada que lá está e no limite contíguo à escada, surge uma parede de nove pisos, que segue em u com mais dois prédios da mesma cércea e volumetria, criando até do ponto de vista urbanístico um gaveto, que dado até enfim as características de Aveiro, nomeadamente ao nível do vento, criam ali um circuito bastante desagradável, que aliás já tem reflexo em outros elementos arquitectónicos da nossa cidade.

Eu diria que a rua Sebastião Magalhães Lima vai ficar completamente abafada por este monte de betão que ali vai crescer. Por outro lado, eu queria chamar a atenção do seguinte: as duas torres de quinze e de doze andares que vão afrontar o Centro de Congressos e a sua beleza arquitectónica e a sua envolvente, prendem-se com uma alteração de usos de habitação para outros usos de equipamento que não se afigura aceitável em face da filosofia deste Plano. Como dizia há pouco e bem, a filosofia de centro de cidade, não se compadece com esta cércea e com esta volumetria. E diria mais senhoras e senhores deputados, prédios com este número de fogos, até do ponto de vista social e do ponto de vista da vizinhança, de uma cidade média que temos em Aveiro, se nos afiguram incorrectos. Porque todos sabemos que em prédios onde existam quarenta, cinquenta, sessenta apartamentos, as relações de vizinhança são frias ou até inexistentes e isto que temos em Aveiro dos bairros pequenos, da solidariedade de vizinhança, da solidariedade social que decorre de todos habitar e vivermos nas mesmas ruas e nos mesmos bairros e essa história e essa cultura perdem-se com estas cérceas.

Eu gostaria de dizer o seguinte: os interesses privados que aqui estão em causa e que são legítimos, repito são legítimos, não podem colocar em causa e fazer soçobrar o interesse público que em sede de planeamento deve ser sagrado. Não se compreende como é que a Câmara Municipal de Aveiro traz um documento desta natureza, sem justificar ponto por

ponto, sem invocar ponto por ponto tão agressivas alterações ao nosso futuro colectivo e ao centro de cidade. Eu espero que o Senhor Presidente da Câmara use da palavra e nos possa explicar o que verdadeiramente aqui está em causa e eu ficarei a aguardar com muita expectativa as explicações de Vossa excelência.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴⁸

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁴⁹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁵⁰

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁵¹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁵²

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁵³

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁵⁴

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁵⁵

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁵⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁷

“Só apenas umas pequenas notas, a intervenção essencial do meu partido já foi feita. Primeiro uma prenúncia pessoal e para dar de alguma maneira, também porque não pode ser sempre tudo mau, eu acho que o Ponto veio bem instruído e permite-nos a nós porque temos a documentação quase toda ou a documentação necessária para fazer um juízo de valor e podemos estar a discutir, até porque por norma a Câmara não faz grandes explicações dos pontos e acabamos por entrar na discussão um bocadinho sem saber a perspectiva.

A Câmara é uma crítica que faço e que tem sido, e pelos vistos não é só da minha bancada.

De qualquer maneira parece-me a mim que a documentação é insuficiente, tanto assim é que fiquei com uma pequena dúvida que é, há uma proposta que é feita no Regulamento e mas as alterações que são feitas são propostas aqui, são propostas e vêm com o tipo de uso previsto. Contudo há uma alteração no Regulamento que permitirá no futuro que a Câmara se assim existir o interesse municipal possa alterar os usos que aparecem aqui ou seja corremos o risco de estarmos aqui a aprovar uma coisa em princípio que tem uma determinada funcionalidade e por força do interesse municipal daqui a seis meses ou daqui a um ano ou daqui a dois ser uma coisa totalmente diferente. E nós em vez de termos uma torre de nove andares de habitação temos uma torre de comércio etc. etc., isto tolda um bocadinho o que se possa pensar ou a análise que se possa fazer sobre isto. E portanto a única pergunta que queria saber para já antes de tomada de posição é: o que é que justificou e esteve na base para que se apresentasse uma proposta de alteração, que no fundo deixa uma válvula de escape em aberto para se alterar por completo toda a orgânica futura do local?”

Presidente da Mesa ⁰⁵⁸

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁵⁹

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁶⁰

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁶¹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁶²

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁶³

Presidente da Mesa⁰⁶⁴

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁵

“Obrigado Senhor Presidente. Inscrevi-me para poder replicar na segunda parte, mas já agora e em nome dos princípios que defendo, seriedade na política, queria dizer que considero que alguns dos argumentos aduzidos pelo Senhor Deputado Arquitecto Anes, são aqueles que eu defendo. Mas sempre! Não é só quando há interesse defendê-los. Eu acho até que muitas vezes não se opta por uma solução em altura, porque a solução em altura é uma solução mais

dispendiosa e obriga obviamente a outro tipo de construção, que estes abarracamentos em que muitas das nossas cidades médias foram transformadas. Portanto, é para dizer que sou sensível a construções em altura e gostaria até que nestas cidades houvesse outros pólos que não só o Veneza, que não só o edifício da Segurança Social, para mim o pior. Penso que o edifício Veneza que eu vi construir é o marco em Aveiro e até é de boa construção.

Eu não tinha nada contra a construção em altura, que esteve prevista, o tal edifício João Nunes da Rocha, penso eu que era assim o nome, para a zona onde hoje está implantado o Fórum.

O Partido Socialista é um partido plural. Há quem seja contra isso, eu não sou, nunca fui, nunca serei, e sempre defenderei que desde que a construção seja devidamente cuidada, sempre preferirei ao solo uma área inferior, compensada obviamente com a altura, desde que a área total de construção não seja alterada. Tanto mais que as áreas mais baixas de construção permitem novamente uma coisa em que Aveiro tem sido pródigo que são os recuados e não sei quantos e, portanto, facilmente se transforma os cinco andares em seis, e os seis, em seis e sete e meio. E portanto nunca, ao fim e ao cabo até se diminui a área construtiva, não quer dizer que eu não considere como considerarei desde o princípio que a área construtiva prevista para o Plano de Pormenor do Centro é uma monstruosidade!

Sempre foi essa a minha opinião. Sempre foi, mesmo quando era o Partido Socialista que estava à frente dos destinos do município, não era agora que eu altero essa posição.

Mas de qualquer forma, eu vejo estas coisas tomadas muito assim em cima do joelho e acho que no mínimo esta alteração mereceria um estudo, uma maquete, uma coisa do género, em que me viessem provar que de facto a passagem dos seis para os doze, que eu não tenho nada contra em princípio, não vai prejudicar fortemente, nomeadamente as moradias que existem costas com costas com aquilo que se vai construir — são as célebres moradias do bairro do liceu.

Obviamente que estas torres, eu tenho a noção que vão ficar talvez à altura das torres que estão cá em cima e que circundam o Hotel Afonso V, entre o antigo liceu e a antiga escola comercial, para eu me situar melhor no meu espaço, no meu tempo. Para me situar melhor no meu tempo. De qualquer forma não sei o impacto que vai fazer àquelas casas, que certamente vai ter um impacto grave naquelas casas que estão atrás das piscinas, naquela rua Sebastião Magalhães Lima. E acho que uma alteração destas deveria merecer aqui uma maquete para nos explicarem e para vermos de facto como é que aquilo fica. Está claro e que não vale a ideia de que “oh no passado não foi apresentado, portanto também não se apresenta agora”. Portanto gostaria que o executivo me falasse sobre isto, me esclarecesse melhor isso.

Me esclarecesse exactamente, porque não é visível nesta planta que nos mandaram, nem neste estudo de projecto que nos mandaram, se é alterada ou não a área de construção global, a área de construção total. E gostaria disso para depois na segunda parte intervir e para tomar a minha opinião final sobre esta matéria.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [066](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, quer dizer, não é que propriamente nós possamos ser técnicos para perceber todas estas plantas e toda esta informação que aqui nos trouxeram. Mas vamos fazendo também opinião não é. Olhando para aquilo que nos é dado a conhecer e aquilo que nós já conhecemos da implantação do Plano de Pormenor do Centro, em que muita parte já está construída, aquilo que nós podemos dizer é que realmente como nós já tínhamos dito na altura em que o Plano foi aprovado, há uma grande quantidade de construção.

E um Plano destes, com tanta possibilidade de construção, deve ser suficientemente flexível para nós podermos permitir usos que possam ser diferentes. E um dos usos que aqui se está a flexibilizar, e do meu ponto de vista bem, tem a ver com as áreas comerciais.

Aquilo que nós temos visto é que muitos prédios são obrigados a ter lojas ao nível do rés-do-chão, mas vêem que há muita dificuldade em essas lojas poderem ser rentabilizadas.

Pelo contrário, são lojas que ficam durante muitos anos sem qualquer utilização e isso não me parece que seja bom. E por isso, o permitir que no caso de o proprietário decidir fazer dessas lojas habitação parece-me que é uma solução que a mim me agrada. Por outro lado também verificamos que há alguns ajustes de áreas que vale a pena e que já foram vistos que no terreno realmente precisavam de alguns ajustes. E foram e aqui estão sugeridas essas alterações o que também me parece que é correcto. Estou a falar por exemplo na zona junto onde agora existe um polidesportivo e que segundo parece nossa leitura da planta, já no anterior Plano é proposto que essa zona do polidesportivo possa ter também um prédio e por isso eu espero que esse polidesportivo possa ser transposto para uma zona próxima, uma vez que é até uma zona de lazer e de muita utilização. Mas dizia eu que esse prédio possa ter uma configuração diferente daquela que estava proposta de maneira a diminuir a área, tanto mais que, a própria utilização agora também é diferente não é? Porque aquilo que nos dizem aqui é que era para implementar o centro de negócios de Aveiro!? Uma vez que agora a decisão de acordo já não será essa, por isso faz sentido que possa haver uma outra utilização.

Mas parece-nos que a zona que tem sido mais problemática, e já na altura foi quando nós discutimos o Plano pela primeira vez, tinha a ver com a zona onde está o actual barreiro.

A solução que foi decidida na altura pressupõe um conjunto de prédios em banda que iriam acima da altura das vivendas que lá estão. E por isso, já na altura, esse era um problema e por isso havia uma densidade de construção muito maior para aquela zona ao nível das traseiras das próprias vivendas ou seja, quem habitasse os últimos pisos estava ao nível ou acima do nível dessas vivendas (ouvem-se vozes). Não, não, aquilo que se está a fazer neste momento, esta proposta, é afastar essa zona. Porque se repararem, vêem que o prédio 3B, eu tive o cuidado agora de abrir o computador nessa página, e o prédio 3B tem sete pisos! Tem sete pisos! E por isso significa que está afastado — e é o mais próximo das vivendas. E mesmo assim está afastado e por isso só tem sete pisos. Por isso não há aquele risco que se tinha dito de realmente ter prédios elevados ao nível das vivendas. E lembro que a cota deste prédio de sete pisos é exactamente a mesma cota do Hotel Mélia. Exactamente a mesma cota do Hotel Mélia. Pronto e por isso vai dar é exactamente a esse nível que estamos a falar.

E agora estamos também a ver por esta planta que vamos ter alguns prédios realmente de alturas mais elevadas, mas que estão afastados, por isso não estão próximos das vivendas, estão afastados das vivendas. E estes prédios, os mais altos, são aqueles que estão na zona mais baixa afastados das vivendas. Os que têm cotas que são menores, aquela que se falou dos nove pisos aproveita aquele desnível que se verifica naquela zona. E criam uma zona que é uma zona de praça, o que faz um certo sentido, numa zona virada para uma zona que é a zona nobre deste Plano de Pormenor do Centro, que sempre foi identificado como Centro Cultural e de Congressos e a zona do Lago e a zona do palco.

Eu lembro que quem decidiu colocar um palco no Lago foi o Partido Socialista. E se repararem podem verificar que este Plano ao contrário do anterior que neste momento é vigente, tem esta praca exactamente virada para a zona do palco. Tem estes prédios, exactamente os de volumetria mais elevada, exactamente virados para uma zona do palco.

E eu espero devido agora à possibilidade de um novo uso, eu espero, que estes prédios também venham (se houver investidores para tal) e que possam ter uma maior oferta hoteleira. Não me parece que faça mal nenhum, antes pelo contrário, que nós pudéssemos ter na nossa cidade uma zona de hotéis. Aliás, seria muito interessante para a nossa cidade que para além da hotelaria, que andássemos e ter espalhado pela cidade, pudéssemos ter um conjunto de hotelaria que pudesse estar concentrada num determinado local. Isso seria importante a nível de outro conjunto de infra-estruturas e de serviços que se podiam criar, dedicadamente para essa zona, inclusive os próprios transportes públicos e inclusive os próprios transportes marítimos.

E por isso não me parece também, não me desagrada por isso, a possibilidade também de esta zona possa ter estes outros usufrutos ou pelo menos poder eventualmente pensarmos que pudesse haver aí um investimento em hotelaria. E por isso, olhando para este Plano, atendendo à diminuição da volumetria, atendendo às soluções que aqui são criadas, eu não estou a encontrar objecções ao Plano. Talvez vendo depois (isto é daquelas coisas) no local, quando as construções estiverem feitas, possa eventualmente mudar de opinião. Espero que não! Mas olhando aqui no Plano, não sendo eu técnico, havendo esta redução de volumetria, não me parece que seja uma má solução.

Agora de certeza que é uma solução melhor do que a outra que o Partido Socialista aqui aprovou há uns anos atrás. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos⁰⁶⁷

Presidente da Câmara:⁰⁶⁸

“Só duas notas adicionais àquilo que muito bem o Senhor Eng.º Carlos Santos aqui expôs. A questão do parque de estacionamento que foi colocada, para dar nota do seguinte: não houve qualquer alteração em relação ao que estava inicialmente projectado nesse assunto do parque de estacionamento, e porquê? Não nos pareceu que se justificasse essa alteração pelo seguinte: neste momento, basta ir ao local, passar por lá, e apercebemo-nos que há além de outros lugares onde estacionam três focos muito fortes de estacionamento em frente ao Mélia. Todos os dias é uma nuvem de carros que lá estão estacionados no prolongamento do Centro de Congressos para o lado Nascente. Aquele prolongamento é mais um pólo fortíssimo de estacionamento que ali existe naquele espaço e que vai dando resposta ainda possível às necessidades e depois há também na proximidade daquele espaço que é conhecido pelo terreno da Savecol já ali na zona por trás da Sede do Partido Comunista Português, também é outra nuvem de carros que ali estão.

Portanto temos ali neste momento três situações que vão minorando o problema do estacionamento. Mas corremos o risco de amanhã às oito horas da manhã, chegarmos lá e não existir um carro estacionado, nem nesse parque em frente ao Mélia, nem nesse prolongamento do Centro de Congressos, nem no terreno da Savecol, porquê? São todos privados.

Os carros vão lá estacionar porque, enfim, porque os donos vão deixando. A todo o momento o dono pode pôr uns pauzitos lá, cercar, fechou e acabou.

Com a densidade habitacional que está previsto no PP do centro rasurar, eliminar, aquele que era um parque de estacionamento que estaria previsto, que poderá tentar colmatar minimamente essa necessidade, seria naturalmente um disparate!

Quanto à questão da alteração de usos. Como sabem e muito bem, os Planos de Pormenor são herméticos. É o que lá estiver com todo o rigor não há alteração nenhuma.

E parece-nos também que quando elaboramos um documento destes temos o dever de tentar dar alguns passos e alguma abertura para que no futuro aquilo que é um documento que define esse futuro tenha também algumas regras que se permitam ajustar à realidade dos tempos.

Naturalmente os tempos vão mudando, a dimensão económica vai mudando, e naturalmente parece-nos importante que esses documentos permitam, aceitem, a possibilidade de poder ser valorizados e ser actualizados em função dessa realidade. E o que aqui está, poderá perguntar-se assim: “essa possibilidade de haver esses acertos ou alteração de uso, eu posso?” Eu, ou o futuro Presidente de Câmara pode fazer essa alteração sozinho? Não. O executivo municipal, porque tem que ser o órgão colegial, pode fazer essa alteração sozinho? Não. Isto é, há entidades que se tem que ouvir os pareceres, para se pronunciarem, e previamente para tomar uma decisão.

Eu penso naturalmente que é nessa altura quando o assunto é colocado. Falava-se aqui na discricionariedade desta posição. Eu acho que os futuros executivos do município vão ser tão

ou muito mais competentes do que nós. Eu não quero chamar incompetentes a quem vem a seguir a nós como é evidente. E naturalmente, com a fiscalização que a própria Assembleia Municipal vai exercendo, com uma deliberação que tem que ser tomada por um órgão colegial e não apenas por uma pessoa, eu penso que salvaguardamos também o futuro desse projecto. Em relação à intervenção do Dr. Marques Pereira, fiquei descansadíssimo! Já estava, fiquei mais descansado. Porque já foi dito, e bem o tom inflamado, entusiasta com que falou, provou alguma insegurança. Nós quando estamos certos e convictos daquilo que afirmamos, como aconteceu ainda na última Assembleia, naturalmente mantemos uma postura calma e serena e tranquila.

Pronto, em relação a isso dizer o seguinte: havia ali duas situações que na nossa perspectiva (além de outras) mas no essencial deveriam ser corrigidas dentro do possível.

A primeira situação a ser corrigida seria aquilo que pareceu ser consensual aqui, que é uma exagerada densidade habitacional que o Plano previa. E a segunda situação que nos parecia ser de corrigir era a falta, a não existência, de um espaço praça em toda aquela área.

Parece-nos que é importante que num espaço onde viva muita gente e ali no Plano do Centro daqui a 20, 30 anos estão a viver milhares de cidadãos, que haja um espaço de encontro, de partilha, onde as pessoas possam estar e esse espaço não existia.

Havia estas duas questões que para nós eram essenciais. Mas há aí outras questões de pormenor. Havia constrangimentos para conseguir atingir isto que nós pretendíamos. O primeiro constrangimento é naturalmente o facto de termos um instrumento de planeamento aprovado e em vigor, portanto isto não é chegar aí a rasgar e faz-se outro, naturalmente. O segundo constrangimento é que grande parte dos terrenos que lá estão são de privados ou de privados, logo na origem do processo, ou de privados porque adquiriram os terrenos em hasta pública ao município. E o terceiro constrangimento que é também reconhecido é que é uma zona apetecível, é uma zona que está no centro da cidade, e naturalmente cria aqui sempre alguns apetites em relação a essa área.

Procurando estes princípios e tentando minorar estes constrangimentos, partimos para este estudo. E aqui há dois aspectos que aqui vêm hoje que no fundo se verificam nas alterações. De facto, no essencial (eu não estou a falar de pormenores, estou a falar do geral) há dois aspectos, dois lotes, dois locais onde há alteração. Um não foi aqui referido portanto penso que parte do pressuposto, não sei se é legítimo, que é consensual. Referimo-nos à construção prevista junto ao lago do lado oposto ao Mélia, que no estudo original tinha um corpo que se salientava e que se aproximava muito do lago, que excedia os 15 metros, chegava quase aos trinta metros e aproximava-se muito do lago. E esse corpo, esse apêndice, que ali estava vinha cá para a frente, eliminamo-lo, de forma a dar ali, a afastar mais no fundo a construção do próprio lago que é uma forma de virilizar aquela zona.

A outra situação tinha a ver com aquele espaço que é o que tem sido falado aqui e, portanto, estamos a falar no conjunto todo destas duas situações, uma que penso que é consensual e essa situação junto ao lago. Que é que se passava ali junto ao lago? Na nossa perspectiva havia uma ocupação na horizontal excessiva. E falo do terreno que está em frente ao Mélia no essencial. Quase que em termos de implementação no estudo original esse terreno era quase todo apanhado. Isto pareceu-nos que não ficaria bem e pareceu-nos que seria aqui o espaço para conseguir incluir a tal praça que nós desejávamos e queríamos. Praça que pudesse realizar o projecto, que se pudesse enquadrar com o próprio Centro de Congressos e que pudesse também enquadrar-se com o próprio lago.

E o que se passa nesse terreno é que primeira questão, o terreno é privado. A Câmara alienou esse terreno em hasta pública penso que por onze milhões de euros já há dez anos. Portanto o privado pagou onze milhões de euros e pagou isso para construir determinada área que lhe foi alienada em hasta pública. É só uma nota, estava quase a estranhar que o Bloco de Esquerda não viesse aqui com alguma dúvida. Tudo o que se vende em hasta pública pela Câmara, a pessoa tem que respeitar rigorosamente a área de construção que comprou. Se não respeitar a

área, como é evidente, tem que pagar o que não respeita, como é evidente. Penso que nem era para dar estes esclarecimentos porque penso que é demasiado óbvio, para estarmos aqui a levantar estas questões.

Em relação a isso tudo que se passou foi, reformulou-se aquele estudo ali. Há uma reformulação com este objectivo claro, de libertar espaço no solo. Libertar. Criar espaço, criar a praça. Naturalmente que tem que se dar em altura. Isto é, o princípio é: aquilo que a pessoa perde (até porque é de um privado) no solo, até porque é um projecto de interesse municipal, tem que se compensar naturalmente em altura. No final se forem ver aos quadros e aos mapas, o que é autorizado para esse terreno é menos, menos, do que a área que a pessoa comprou.

Portanto houve aqui também abertura da parte privada de perceber que o projecto seria também mais aliciante desta forma, tinha mais qualidade, seria mais apetecível depois em termos de venda e reconhecendo isso aceita reduzir a área de construção. Portanto o que está ali reduz a área de construção e cria na nossa perspectiva um outro facto que nos parece importante, é que define visualmente à distância a zona de intervenção do Plano Pormenor do Centro. Porque já há duas torres construídas, duas. Duas construídas quase nos vértices e este vai para outro vértice. Uma torre, um edifício alto, que pretende igualar com os outros de forma a que visualmente possa ficar à distância e perceber-se que acolá tem o Plano de Pormenor do Centro, é uma das zonas nobres da cidade.

Em termos finais. O importante é em termos finais, o que é que se consegue com isto? Porque naquilo que o Dr. Marques Pereira, no modo como ele afirma, há pouco ficou a ideia que aproveitámos a situação para meter mais uns metros quadrados e beneficiar aqui alguém ou o privado. Muito bem, poderá inferir-se isso de facto, como aqui já foi dito e muito bem, no final disto tudo, no fundo, com estas duas alterações que estamos aqui a falar no Plano de Pormenor do Centro, nesta proposta que aqui está para apreciação, análise e votação da Assembleia, há menos sete mil e duzentos metros quadrados de construção.

Só dar-lhe uma pequena nota. Se os meus números não estiverem errados, partindo de um edifício de seis pisos que é a tal cêrcea média que está no Plano Pormenor do Centro, sete mil e duzentos metros quadrados de construção corresponde a um edifício desses de seis pisos que já lá está construído e que a gente vê, com oitenta metros de construção a menos. Isto é, aquilo que se prevê aqui neste Plano é que tenha menos construção. Uma construção que equivale a um edifício daqueles que lá estão de seis pisos com oitenta metros de comprimento. Por tudo isto, penso que está aqui um bom Plano. Está aqui um Plano que não atingindo na totalidade tudo o que pretendíamos, conseguimos no essencial os dois grandes objectivos: temos lá menos área de construção e temos lá um espaço, que penso em termos futuros valoriza muito o lago, o Centro de Congressos, e a praça nova que vai surgir. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário, nos termos regimentais, a continuidade dos trabalhos para além da meia-noite, sendo aprovado por maioria.⁰⁶⁹

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁰

“Senhor Presidente, senhores deputados. É nestes momentos que eu entendo a angústia do guarda-redes no momento do penalti. De facto, nós estamos aqui perante uma questão que é difícil de resolver. Por um lado uma diminuição global de volumetria e por outro lado ideias de construção em altura que me parecem à partida (entendendo a todas as justificações e todos os argumentos que defendem essa possibilidade) e naquele local, não serem os mais adequados.

E perante um dilema deste tipo, não é esclarecedor, nem justifica, nem é bom para a argumentação da Câmara, o Senhor Vereador dizer que “nós sabemos lá se o prédio lá vai ser

construído ou não”. Portanto o que se passa é que nós estamos a autorizar que o prédio seja construído amanhã desde que tenha as licenças. A partir do momento que está no Plano, está previsto, está admitido, ele pode ser construído amanhã. Portanto não é o facto de ele poder ser construído mais tarde, que deve ser critério da nossa apreciação, isso não vem ao caso! Claramente não vem ao caso.

Depois o senhor vereador falou em direitos adquiridos!? Longe de mim (e vocês sabem que é assim) querer apresentar ou defender os interesses do empreendimento turístico que lá está, porque já lá está no terreno implantado, tanto mais que esse projecto no local em que foi construído mereceu na altura críticas e oposição do PCP. Portanto longe de mim estar a defender ou preocupado com os interesses económicos do grupo.

Porventura estarei errado eu ao ter esta abordagem, mas é assim mesmo! Entretanto interessa-me e estou preocupado com os interesses dos aveirenses. E na altura, infelizmente o período de discussão pública mais uma vez não trouxe muita coisa além das comunicações dos interesses em causa, nomeadamente do hotel, veio pouca coisa no período de discussão pública o que é uma pena, eu penso que esta possibilidade de intervenção das populações, deve ser repensado e acima de tudo deve ser motivado, não ser um mero momento formal com um edital, mas a própria Câmara deve estimular momentos que não sejam à hora do trabalho, pronto. Mas pronto, isto é só um parêntesis. Mas como o Senhor Presidente bem sabe e os senhores vereadores bem sabem, os elementos constantes do relatório da nova empresa hoteleira a surgir no terreno, e como parece que a argumentação do Mélia tem algum fundamento, ela está escrita no processo de gestão pública, nomeadamente o facto de o negócio do hotel ter sido feito num determinado pressuposto e que lhe foi negada o aumento da construção. O Senhor Presidente dirá, eu estou a repetir o que estive a ler no relatório. Se o Senhor Presidente acha que não é assim, tem agora o fórum para poder esclarecer.

Portanto diz o hotel que na altura pediu mais dois andares e que lhe foi negado. E que o negócio foi feito no pressuposto de que ali estavam sozinhos e negaram-lhes mais dois pisos com o argumento da cêrcea dominante e com o argumento da proximidade do Centro de Congressos, a volumetria do Centro de Congressos. Ora o Centro de Congressos não mudou de local, ainda lá está no mesmo sítio, a cêrcea dominante continua a ser a que existia, portanto parece-me que a promessa que está no documento de recorrer aos Tribunais caso isto vá para a frente, vão pedir indemnização, é evidente! E é aí que eu digo que lhe interessam já os interesses dos aveirenses vão ter mais um encargo com uma multa, com uma penalização, já merece a nossa atenção. Portanto o que é que neste caso se afigura dizer em relação a esta questão? Eu morei muitos anos na Rua Sebastião Magalhães Lima, com a cara virada para a Fábrica Campos, e tenho uma sensibilidade pessoal em relação àquilo que é possível vislumbrar lá de cima, o que me leva epidermicamente a não aceitar que coloquem ali barreiras em frente. Mas nisto das questões e das opções municipais, as questões emotivas ou pessoais não devem ser as determinantes. Por isso concluo como disse, aguardando a ronda final de intervenções. Espero que a minha angústia diminua porque no momento em que o penalti for rematado tenho que me atirar para qualquer lado. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[071](#)

“Bem, parece que afinal a questão da volumetria sempre é relevante?! Tanto que já foi aqui amplamente debatida. No entanto quero dizer, eu continuo a reforçar a ideia de que de facto a questão da construção em altura é uma mais-valia para os construtores. Aliás, lembre-se o exemplo do prédio da Avenida e o embargo aconteceu ao prédio da Avenida porque precisamente o construtor queria construir mais um andar além daquilo que lhe era permitido. Portanto obviamente que constitui uma mais-valia.

Outra coisa que não podemos confundir é dizer que existe uma área de construção definida. É certo que existe. E portanto ela é definida em termos de volumetria e portanto se temos por

exemplo nove andares, em termos teóricos, se perdemos para oito andares, esse volume espalha-se pela horizontal — isso é verdade. Aquilo que é preciso, e é preciso salientar, é que há diferentes propriedades — e essa é que é a questão relevante. Que têm diferentes volumetrias de construção em altura para a mesma propriedade horizontal. Nós não estamos a falar do mesmo prédio a crescer em altura, vamos ver se nos fazemos claros. Nós temos prédios que na mesma implantação horizontal, tem diferentes alturas de construção — e é preciso reconhecer que isso é uma mais-valia. É óbvio que isso é uma mais-valia, toda a gente percebe isso.

Os terrenos em termos de propriedade horizontal não se valorizam na mesma medida ou seja para pôr a coisa mais clara, um terreno de mil metros quadrados com três andares não custa quatro vezes menos (em propriedade horizontal) dum sítio onde se vai construir um prédio de doze. Não é assim que isso acontece.

Na mesma área horizontal, é possível incrementar níveis de construção diferentes. Isso é uma mais-valia para os construtores, sejamos claros. Se não que interesse tinha o Mélia em construir mais um ou dois andares? Que interesse é que o prédio da Avenida tinha em fazer o mesmo? Parece óbvio demais, para tentar negar essa evidência.

Em relação ao estacionamento. Já ouvi aqui dizer que o estacionamento era uma mais-valia, que era qualidade de vida para as pessoas, etc. Isso é daquelas coisas, daquele tipo de raciocínio muito directo que não é real por uma razão muito simples. Nós às vezes consumimos certas coisas, no entanto temos que ter consciência que isso acarreta consequências — aliás um pensamento socialista daquilo que nós chamamos as tonalidades do capitalismo ou seja o capitalismo diz: “consome que é muito bom” mas não te diz as consequências.

É certo que é muito confortável andar de carro mas tem consequências ambientais, tem consequências sociais, é mais caro, ambientalmente é prejudicial, dá problemas respiratórios, todas as outras consequências que até têm custos económicos são descartados.”

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁷²

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁷³

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁴

“Bom Senhor Presidente, Senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara, o meu entusiasmo da minha primeira declaração, depreende o Senhor Presidente que advém da insegurança da tese que advogava? Mas devo dizer ao Senhor Presidente que é precisamente o contrário e que vossa excelência inferiu mal.

O facto do meu entusiasmo na primeira declaração (e eventualmente nesta), advém única e exclusivamente do facto de que a solução preconizada para aquela zona específica do Plano de Pormenor do Centro que aludi se me afigurar completamente errada e atentatória do bom uso do solo e do espaço urbano em Aveiro. As palavras que aqui referi e de outros senhores deputados, nomeadamente por parte do CDS, em relação por exemplo à construção das torres da Vera Cruz e do Corticeiro, também de facto nisso estão. Porque a construção delas, não foi porque fossem, enfim do ponto de vista urbanístico uma mais-valia, mas foi aqui dito que foi pela negativa. Bom, já que se construiu o edifício da Segurança Social, vamos construir outras duas que é para disfarçar o erro! Eu espero que não tenha sido assim.

Depois, enfim, alude o Senhor Presidente às outras torres que são dois maus exemplos que temos em Aveiro e que completam os vértices na perspectiva de V.Exa o Plano Pormenor do Centro.

A primeira torre que está na confluência da Avenida dos Congressos de Oposição Democrática e da Avenida 5 de Outubro, está quase toda ela desabitada — e a sua fachada apresenta um verdete horroroso de falta de cuidado. E enferma de um outro problema que o Senhor Presidente vai aqui replicar que é o seguinte: abre uma praça exactamente no mesmo

tipo daquela que o senhor quer abrir, que é a Norte. A praça é ventosa, é inóspita, não pára lá ninguém, nem pode parar porque é um vento horroroso. É fria, está à sombra, como esta vai estar a partir da hora do almoço vai ensombrar toda aquela área. Como o Senhor sabe está virada a Nascente, é uma solução dessa perspectiva errada, errada! Advoga-se também a tese de que enfim são os “faróis”. Oh Senhor Presidente, um excesso de faróis faz com que o navio choque contra a costa, porque se confunde. É um exagero. Não faz sentido nenhum. Não chame a isso faróis porque isto valha-me Deus, em linguagem marítima isto é, quer dizer... até é errado não é? E os faróis são referências! O Senhor Presidente dizer que Aveiro deve ter referências daquela natureza de facto não faz sentido.

O prédio que está junto do viaduto que dá para a Forca e que do seu lado oposto tem outro na mesma cêrcea, não são construções de boa arquitectura como vossa excelência com certeza reconhecerá. É subjectivo, mas quer dizer, basta ver os problemas ao nível do condomínio que o que está do lado de lá também já trouxe.

Basta ver os problemas ao nível do condomínio que aquele que acabei de invocar trouxe. Basta ver os problemas ao nível do condomínio que o da Vera Cruz e o Corticeiro neste momento também têm. Estamos a replicar o erro.

Bom, outra questão, a ocupação da implantação ao solo. Independentemente da tese que aqui foi trazida “é bem menos construção em todo o Plano, menos metros quadrados”. O problema é que foi completamente retirado da discussão por parte da maioria e do executivo a afronta em termos urbanísticos que em primeiro tem para o Bairro do Liceu. Segundo, que tem para a linha de continuidade das vivendas que estão no alinhamento da Rua Jaime Moniz; e por outro lado do efeito visual que tem do ponto de vista do conteúdo da cidade, de aparecerem manchados no nosso horizonte várias torres sem nenhuma coerência.

Mais. Reforço e enfatizo a questão social. Numa zona de centro da cidade que se pretende povoada, não faz sentido cêrceas daquela dimensão! Vão tornar as coisas impessoais. As relações de vizinhança vazias como acontece já em Aveiro noutras situações que acabei de invocar e que seguramente são do conhecimento de muitos dos senhores deputados. É um erro. Termino com a preocupação do Senhor Eng.º Carlos Santos, que é legítima. Dizia ele replicando um aparte que de facto esperemos que nunca construam... Esperemos que nunca sejam construídas. E se esperamos isso, então que não fique previsto essa cêrcea e esse tipo de solução. Isso é uma perspectiva errada! É não prever a solução. Assim não há a tentação nem de vossas excelências nem daqueles que vos seguirão — essa é que é a verdade. Mas o espaço que se abre no solo senhor Eng.º, reconhecerá, o senhor é de Aveiro e conhece, é virado a Norte. Vai ficar ensombrado. É inóspito.

Desafio os senhores a irem a partir da hora de almoço àquela praça que está na rua na rotunda atrás do Oita e vossas excelências avaliarão por si o facto daquele espaço ser absolutamente inóspito e ensombrado! E estamos a criar um espaço desses naquela zona da cidade. Queria chamar a atenção para vossas excelências deste aspecto.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁷⁵

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁷⁶

Presidente da Mesa ⁰⁷⁷

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁷⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁹

“Eu irei começar pelo fim pelo Dr. Raúl Martins. Ao fim de cinco anos estamos uma vez de acordo!? Alguma vez tinha que ser.

E gostava naturalmente, até por isto, de ter uma resposta mais clara do que aquela que tenho para lhe dar. Mas a informação de que disponho e com a ajuda do Senhor arquitecto Paulo Anes aqui, nunca me lembrou de ver essa questão ali de ver em termos de alturas, portanto o

edifício mais alto ali terá mais ou menos ali, até porque podemos tirar esta referência. Nós no estudo do Mélia temos seis pisos e o edifício que vai ficar do outro lado do Mélia, vai ter sete. E vai ter sete (já aqui foi dito) exactamente porque com o pé direito das hoteleiras é obrigatoriamente mais alto do que na habitação, e para nós equilibrarmos digamos com sete temos que dar sete pisos do outro lado — daí o dar sete para equilibrar com o Mélia que tem seis.

Portanto a ideia é que não fique mais alto e próximo dos edifícios que estão do outro lado. Quanto à alteração do uso. O que está aqui é uma opção de substituição de usos comerciais e dos serviços nos pisos térreos. Apenas nos pisos térreos poder haver substituição de usos comerciais e de serviços pelo uso habitacional.

Portanto no piso térreo, no rés-do-chão, se lá estiver uma loja eu poderei pedir à Câmara, e tem que ser o executivo a aprovar que posso substituir esse espaço que é comercial pelo uso habitacional. E a possibilidade de o edifício poder ser destinado na sua totalidade a serviços ou equipamento desde que deliberado pela Câmara no seu interesse económico e social e desde que, o executivo delibere pode ser prédio no caso das hoteleiras, do turismo, mas tem previamente que ter parecer favorável para que o assunto possa ir depois ao executivo. Não virá cá a não ser que a própria Assembleia ou que o executivo também para se defender possa trazê-lo cá. Não é obrigado a trazê-lo cá, mas tem sempre que ser tomada uma deliberação no órgão executivo e não uma decisão de uma pessoa só — tem que ter esse sentido colegial.

Em relação à questão do Dr. Salavessa. Ficou também a perceber a angústia do marcador do penalti e essa do guarda-redes, são essas duas angústias que aqui estão.

Em relação ao Mélia. O que está construído em termos de área e de cêrcea foi aquilo que foi adquirido numa hasta pública. Portanto uma hasta pública foi realizada, e determinada empresa foi comprar, comprou por determinado valor aquela área, portanto o que lá está é o que foi vendido. O que lá está construído corresponde ao que foi comprado. Portanto não há nada a acrescentar em relação a esse assunto, que está bem.

Quanto à cêrcea dos sete. Penso que a explicação que eu dei há pouco já ajuda a perceber. O edifício que vai ser construído em frente ao Mélia, vai ter exactamente em termos de altura a mesma altura do Mélia que vamos procurar respeitar.

Quanto ao João Pedro Dias. Confesso que não cheguei a perceber muito bem! Certamente defeito meu, mas quer dizer: eu poderei ter uma mais-valia num terreno que é meu, se eu puder construir um edifício de cem por quinze, com seis pisos, significa que tem nove mil metros quadrados de construção. Se eu nesse piso que aí está disser: e agora o senhor meta mais dois pisos em cima. Eu aí tenho claramente uma mais-valia. Eu de nove ponho mais três, passo para doze mil e objectivamente conquistei essa mais-valia.

Mas se me disserem assim: o senhor pode fazer mais dois, mas em vez de cem metros que tem, só tem cinquenta metros de implantação, aí já perco três mil. Ora eu não posso dizer linearmente assim porque tenho esta implantação aqui. Se me dão mais altura com a mesma implantação eu tenho mais área, mas se me cortam na implantação e dizem — o senhor constrói menos ao solo e transforma em altura, eu posso ter a mesma ou menos.

No caso aqui em análise, neste caso que estamos a apreciar, a falar concretamente, a área total reduziu-se e a área de construção também como é evidente.

A questão do parque, exploração e concessão. Naturalmente ficará em aberto para que (e aí terá que vir à Assembleia depois para uma tomada de posição) se decida. O que nos parecia a nós é que era grave rasurar esse processo e depois impedir a Assembleia de se poder pronunciar em relação a esse assunto.

A questão da cêrcea é subjectiva. Já aqui ouvimos diferentes opiniões legítimas. Há quem defenda essa ocupação extensiva do solo. Há quem defenda uma verticalização da construção. Eu inclino mais para essa segunda hipótese. Acho que temos que ter solo mais aberto e daí também estarmos pela primeira vez em acordo em relação aqui a um assunto. É subjectivo.

É evidente que eu posso argumentar de uma forma, outro argumenta de outra, qualquer das partes tem razão, mas nós vamos a grandes cidades, cidades espectaculares, onde a construção é em altura e onde nos sentimos muito bem.

Aquilo que nos parece é que independentemente disso, parece-nos que no fundo esta ideia de termos mais pisos pontualmente naquele sítio tronca ou decorre da ideia que aqui referi há pouco que é para nós fundamental, que num espaço onde vão viver milhares de pessoas tenha uma praça. Onde as pessoas se possam encontrar, onde possam dialogar, onde possam marcar encontros, onde possam estar sentadas, isto para nós é fundamental.

Se isso representa mais três ou quatro pisos num acerto pontual, pessoalmente não faz diferença nenhuma, porque acho que ganhamos muita qualidade de vida ao nível do nosso solo e não deixar para o futuro um espaço destes, de qualidade, numa zona destas, é que seria grave da nossa parte. Muito obrigado.”

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa,⁰⁸⁰ colocou à votação o ponto 3. Plano de Pormenor do Centro – proposta de alteração, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD19+CDS5), duas abstenções (PS1+PCP1) e doze votos contra (PS10+BE2).

Declaração de voto:

Vogal Raul Martins (PS):⁰⁸¹

“Abstive-me, apenas pelo simples facto de considerar que esta proposta, embora de alguma forma entronque aquilo que eu acho que é mais correcto para a zona, não ter sido devidamente preparada pela Câmara e nomeadamente não mereça como deve merecer um Plano daquele tipo. Uma pequena maqueta onde nós “in loco” pudéssemos ficar a verificar o impacto desta nova alteração.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁸², nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 02 de Março (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:00 horas do dia 26 de Fevereiro de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)